



ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

**COMPANHIA ABERTA – CATEGORIA B
CNPJ/MF nº 08.075.006/0001-30
NIRE 35300335201**

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

29 DE ABRIL DE 2010

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO



ÍNDICE

	Página
Edital de Convocação	02
Situação Financeira da Companhia	03
Destinação do Lucro Líquido	15
Eleição dos Administradores	20
Currículo dos Administradores	21
Remuneração dos Administradores	24



ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 08.075.006/0001-30

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas convocados para, na forma do disposto no artigo 10 do Estatuto Social, reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária desta Companhia, a ser realizada no dia 29 de abril de 2009, às 14:00 horas, em sua sede social, situada na Rua Casa do Ator, 1155 - 8º andar, nesta Capital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- 1) Contas dos Administradores e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.
- 2) Destinação do resultado do exercício.
- 3) Eleição dos membros do Conselho de Administração.
- 4) Fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia.

Atendendo ao disposto na Instrução CVM nº 481/09, informamos que para a adoção do processo de voto múltiplo será necessário o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de participação no capital votante.

Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, por instrumento público ou instrumento particular com firma reconhecida ou notariação, desde que o respectivo instrumento de mandato tenha sido depositado na sede da Companhia, juntamente com os demais documentos previstos no artigo 11 do Estatuto Social, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

Os documentos pertinentes às matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia e na rede mundial de computadores, nos endereços da Companhia (www.isacapital.com.br) e da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) .

São Paulo, 14 de abril de 2010

Luis Fernando Alarcón Mantilla
Presidente do Conselho de Administração



SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

A ISA Capital do Brasil S.A., empresa classificada na categoria B, nos termos da Instrução CVM 480/09, em atendimento ao artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM nº 481/09, apresenta os Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia nos termos do Item 10 do Formulário de Referência.

10.1. Os diretores devem comentar sobre

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2009 começou com incertezas sobre os reflexos da crise financeira internacional. A redução da oferta de crédito e a retração do consumo atingiram a economia brasileira no primeiro trimestre. O Banco Central do Brasil – Bacen, assim como os demais bancos centrais do mundo, reduziu a taxa básica de juros para estimular a recuperação da economia.

Apesar desse cenário de crise e incertezas, a ISA Capital, dada às características de seu negócio, cujo objeto social compreende a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, e que atualmente tem como investimento somente a participação no capital da controlada CTEEP, principal empresa concessionária privada do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, responsável pela transmissão de 30% de toda a energia produzida no País, a Diretoria da Companhia entende que a ISA Capital apresenta condições financeiras e patrimoniais favoráveis e suficientes para continuar cumprindo com todos os compromissos assumidos desde a aquisição do controle acionário da CTEEP, ocorrida em junho de 2006.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Em 31 de dezembro de 2009 a ISA Capital apresentava uma estrutura de capital de 41% de Capital Próprio e 59% de Capital de Terceiros.

A dívida em moeda estrangeira, cujo principal está protegido por instrumentos financeiros de derivativos (Swap), representada pelos Bônus lançados no mercado internacional em janeiro de 2007 e utilizada para financiar uma parte da aquisição das ações do capital social da CTEEP, em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 1.045.746 mil e encerrou o exercício de 2009 no montante de R\$ 1.017.816 mil.

O patrimônio líquido passou de R\$ 886.700 mil em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 957.402 mil em 31 de dezembro de 2009, em decorrência do lucro líquido do exercício que, após a constituição da reserva legal, foi retido para atender as necessidades de caixa Companhia com relação aos pagamentos dos juros e principal da dívida.

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia possuía uma posição de caixa da ordem de R\$ 30.004 mil e não havia hipóteses de resgate de ações de sua emissão além das legalmente previstas.

O item 10.03 (b) deste Formulário contém informações sobre a estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações após 31 de dezembro de 2009.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cumprir com todos seus compromissos financeiros incluindo suas despesas operacionais.

Com relação aos compromissos e obrigações financeiras, as mesmas vêm sendo rigorosamente cumpridas pela Companhia. Durante o ano de 2009, conforme previsto no contrato de dívida dos bônus, a ISA Capital pagou juros semestrais no valor total de R\$ 98,5 milhões (equivalente a US\$ 46,9 milhões); pagou parcelas referentes aos citados contratos de derivativos num montante de R\$ 47,2 milhões; pagou ao Governo do Estado de São Paulo e aos acionistas que participaram da OPA, respectivamente, a importância de R\$ 6,9 milhões e R\$ 4,1 milhões a título de ajuste de preço do leilão decorrente das obrigações da Lei nº 4.819/54 conforme previsto nos referidos edital e contato de compra e venda das ações da CTEEP; e cumpriu com outras obrigações relacionadas à operação da Companhia.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de recursos da Companhia é o fluxo de caixa gerado pelo investimento que a Companhia possui na controlada CTEEP.

Adicionalmente a ISA Capital possui limites de crédito (cédulas de crédito bancário) cujo limite de captação é de US\$ 25 milhões. Estes limites são utilizados eventualmente para suprir necessidades de caixa.

Quanto aos recursos para investimentos em ativos não-circulantes a Companhia estuda sempre as melhores oportunidades oferecida pelo mercado. Atualmente seu principal ativo não-circulante decorre da aquisição do controle acionário da CTEEP ocorrida em junho de 2006, cuja fonte de recursos foi capital próprio e empréstimos e financiamentos obtidos no exterior.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não aplicável à Companhia.

f) níveis de endividamento e características das dívidas

Em 31 de dezembro de 2009, o endividamento total da Companhia era de R\$ 1.017.816 mil. O nível do endividamento eleva as despesas financeiras significativamente, refletindo-se na demonstração de resultados. As despesas financeiras consistem principalmente em juros sobre empréstimos, variações monetárias e cambiais, impostos incidentes sobre as remessas de juros para o exterior, entre outras. Em 2009, a ISA Capital registrou despesas financeiras totais, líquidas do valor de ajuste a mercado dos Bônus e Swap, de R\$179.940 mil, dos quais R\$ 93.835 mil correspondem a juros sobre empréstimos e financiamento dos Bônus; R\$ 21.834 mil dos contratos de Swap; R\$ 34.735 mil de variações monetárias e cambiais; R\$ 12.571 de Imposto de Renda na Fonte sobre remessa dos Juros, e R\$ 16.965 mil referente a outras despesas. As taxas de juros incidentes sobre os empréstimos em moeda estrangeira – Bônus são de 7,875% a.a. para os Bônus com vencimento em 2012 e 8.8% a.a para os Bônus com vencimento em 2017. Conforme informado na Nota Explicativa nº 38 – Eventos Subseqüentes, das Demonstrações Financeiras de 2009, a Companhia estava concluindo a reestruturação de sua dívida por meio de Oferta Pública de Recompra dos Bônus e, em contrapartida, emitindo Ações Preferenciais Resgatáveis.



g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

O financiamento já contratado foi totalmente utilizado pela Companhia quando da aquisição das ações de emissão da controlada CTEEP.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2009 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008:

Dado à controlada CTEEP, empresa classificada na categoria A, também apresentar à CVM os comentários de seus Administradores sobre sua situação financeira, optamos por apresentar comentários das alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras apenas da Companhia.



Demonstração do Resultado findo em 31 de dezembro – R\$ mil

	2009	2008	%
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	(6.465)	(4.424)	46,15
Honorários da administração	(1.222)	(1.237)	(1,21)
Despesas financeiras	(353.616)	(648.551)	(45,47)
Receitas financeiras	272.449	548.727	(49,65)
Outras despesas, líquidas	(55.968)	(51.304)	9,09
Resultado de equivalência patrimonial	309.457	302.885	2,17
Lucro operacional	164.635	146.096	12,69
Lucro antes da participação de acionistas não controladores e da reversão dos juros sobre capital próprio	164.635	146.096	12,69
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
Reversão dos juros sobre capital próprio	(93.933)	(89.869)	4,52
Lucro líquido do exercício	70.702	56.227	25,74

No exercício de 2009, a Companhia apurou **Despesas Gerais e Administrativas** no montante de R\$ 6.465 mil, verificando-se aumento de 46,15% em relação ao mesmo período do ano anterior onde o montante atingiu R\$ 4.424 mil. Esse incremento basicamente decorre de contratação de consultorias.

O **Resultado Financeiro** da Companhia em 2009, composto por despesas de R\$ 353.616 mil e receitas de R\$ 272.449 mil, ficou negativo em R\$ 81.167 mil. Esse montante é 18,69% inferior ao resultado negativo de 2008, no valor de R\$ 99.824 mil.

Em razão da participação de 37,50% no capital da controlada CTEEP, ao longo do ano de 2009 a Companhia reconheceu receita proveniente de **Equivalência Patrimonial** da ordem de R\$ 309.457 mil, importância ligeiramente superior em R\$ 6.572 mil à receita apurada em 2008 no montante de R\$ 302.885 mil.

Dessa forma, o **Lucro Operacional** positivo obtido no ano de 2009 foi de R\$ 164.635 mil, ficando 12,69% superior ao apurado em 2008. Como não houve transações não operacionais e a Companhia não apurou Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar, e considerando ainda a reversão dos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 93.933 mil, a Companhia encerrou o ano de 2009 com **lucro líquido** de R\$ 70.702 mil. Já no ano de 2008 o lucro líquido foi de R\$ 56.227 mil.



Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - R\$ mil

Ativo	2009	2008	%
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	30.004	1.593	1.783,49
Juros s/ capital e dividendos a receber – Controlada	138.113	85.558	61,43
Tributos e contribuições a compensar	32.148	24.633	30,51
Cauções e depósitos vinculados	40.857	55.209	(25,99)
Despesas pagas antecipadamente	2.871	2.871	-
Outros	22	65	(66,15)
	244.015	169.929	43,60
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Despesas pagas antecipadamente	9.881	12.752	(22,51)
Empréstimos a receber	41.448	64.131	(35,37)
	51.329	76.883	(33,24)
Investimento	2.041.164	2.081.308	(1,93)
Imobilizado	46	52	(11,54)
	2.092.539	2.158.243	(3,04)
Total do ativo	2.336.554	2.328.172	0,36

A Companhia encerrou o exercício de 2009 com saldo na conta **Caixa e Equivalentes de Caixa** no valor de R\$ 30.004 mil. Ao término de 2008, essa conta apresentava saldo de R\$ 1.593 mil.

Outra conta que apresentou em 2009 saldo bem superior a 2008, cerca de 61,43%, foi a de **Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a receber** da controlada CTEEP. A diferença entre os dois exercícios é de R\$ 52.555 mil. Enquanto 2009 encerrou com saldo é de R\$ 138.113 mil, o ano de 2008 ficou em R\$ 85.558 mil.

A conta de **Tributos e Contribuições a Compensar** encerrou o ano de 2009 com saldo de R\$ 32.148 mil superior em 30,51% ao saldo apresentado em 2008 quando o valor era de R\$ 24.633 mil. Esse incremento se deve basicamente à retenção do imposto de renda incidente sobre os Juros de Capital Próprio.

A conta de **Cauções e Depósitos Vinculados** registra o depósito equivalente ao valor dos juros semestral da dívida em moeda estrangeira que equivale a US\$ 23.451 mil. A diferença entre os saldos existentes em 31 de dezembro de cada ano decorre basicamente da variação cambial. Em 2009 essa conta apresenta saldo de R\$ 40.857 mil, e em 2008 o saldo era de R\$ 55.209 mil.

As contas de **Despesas Pagas Antecipadamente** verificadas tanto no Circulante quanto no Não Circulante referem-se aos gastos realizados com a estruturação da operação do lançamento dos Bônus em 2007, e estão sendo amortizados proporcionalmente pelo mesmo prazo do vencimento da dívida. A diferença de saldos no Não Circulante entre 2009 e 2008 é em função da apropriação ao resultado.

A conta de **Empréstimos a Receber** no Não Circulante refere-se ao contrato de empréstimo com a Controladora. O saldo existente em 2009 é de R\$ 41.448 mil, e em 2008 era de R\$ 64.131. A diferença no montante de R\$ 22.683 tem duas explicações. A primeira refere-se à variação cambial uma vez que o contrato é em moeda estrangeira (USD), e a segunda é em função da capitalização dos juros que se fazia desde dezembro de 2006 até dezembro de 2008. Com a alteração contratual, esses juros capitalizados, cujo vencimento é semestral, foram recebidos em janeiro de 2009.



Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - R\$ mil

Passivo e patrimônio líquido	2009	2008	%
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	52.819	105.777	(50,06)
Fornecedores	252	219	15,07
Tributos e encargos sociais a recolher	7.350	8.787	(16,35)
Valores a pagar Lei 4.819/58 - Secretaria da Fazenda	6.891	6.153	11,99
Valores a pagar Lei 4.819/58 - OPA	4.322	3.840	12,55
	71.634	124.776	(42,59)
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	964.997	981.306	(1,66)
Valores a pagar Lei 4.819/58 - Secretaria da Fazenda	210.522	206.127	2,13
Valores a pagar Lei 4.819/58 - OPA	131.999	129.263	2,12
	1.307.518	1.316.696	(0,70)
Patrimônio líquido			
Capital social	839.778	839.778	-
Reserva legal	5.881	2.346	150,68
Reserva de lucros	111.743	44.576	150,68
	957.402	886.700	7,97
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.336.554	2.328.172	0,36

A Companhia encerrou o exercício de 2009 com saldo na conta de **Empréstimos e financiamentos** no Circulante de R\$ 52.819 mil contra R\$ 105.777 mil em 2008. A redução refere-se basicamente a quitação em janeiro de 2009 da importância da conta garantia com o ABN. No Não Circulante essa conta registra apenas o principal da dívida dos Bônus a valor de mercado sendo o saldo em 2009 de R\$ 964.997 mil e em 2008 R\$ 981.306 mil.

As demais contas do Passivo não apresentaram variações expressivas permanecendo com seus saldos em 2009 dentro do previsto.

No Patrimônio Líquido a principal variação é da conta de **Reserva de Lucros** que encerrou o exercício de 2009 com o valor de R\$ 111.743 mil, superior em 150,68% em relação ao saldo apresentado em 2008 no montante de R\$ 44.576 mil. O principal fator da diferença decorre da retenção do saldo remanescente do Lucro Líquido do exercício após a retenção da reserva legal.



10.2. Os Diretores devem comentar

a) resultados das operações da Companhia

O Resultado das operações da Companhia depende do desempenho da controlada CTEEP, na qual detém participação no capital total de 37,50%. Em decorrência, a única fonte de receita é o resultado da equivalência patrimonial. Em 2008 a Companhia reconheceu receitas de equivalência patrimonial da ordem de R\$ 302.885 mil, e em 2009 esse valor chegou a R\$ 309.457 mil.

10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A ISA Capital é uma companhia *holding* nacional, constituída sob a forma de sociedade limitada em 28 de abril de 2006 e transformada em sociedade anônima em 19 de setembro de 2006. Posteriormente, em 4 de janeiro de 2007, obteve junto a CVM - Comissão de Valores Mobiliários o registro de companhia aberta.

O objeto social da Companhia compreende a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia ou acionista, parceira em *joint venture*, membro de consórcio ou qualquer outra forma de colaboração empresarial.

A ISA Capital é controlada por Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. ("ISA"), uma companhia colombiana de capital misto, controlada pelo governo da Colômbia, cuja atividade principal é a operação e manutenção de rede de transmissão de energia, além da participação em atividades relacionadas com a prestação de serviços de energia elétrica.

Desde 26 de julho de 2006 a ISA Capital é a Controladora da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Controlada" ou "CTEEP"), data em que ocorreu a liquidação financeira do leilão público de alienação das ações do bloco de controle da CTEEP, promovido pelo Governo de São Paulo, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA em 28 de junho de 2006.

Pela aquisição das 31.341.890.064 ações ordinárias, representativas de 50,1% das ações ordinárias de emissão da CTEEP e 21,0% do capital total, a Companhia pagou ao Governo do Estado de São Paulo a importância de R\$1,2 bilhão correspondente a R\$ 38,09 por lote de mil ações. Adicionalmente a esse pagamento, a ISA Capital pagou ao Governo de São Paulo o valor de R\$ 19,4 milhões a título de preço adicional às ações adquiridas no Leilão, de modo a compensar o deságio oferecido aos empregados da CTEEP pela aquisição de determinado lote de ações. Esse valor pago pela aquisição do controle da CTEEP encontra-se sujeito a eventual ajuste, disciplinado no contrato de compra e venda de ações da CTEEP, a ser determinado com base nos valores efetivamente pagos pela CTEEP relativos à complementação de benefício e pensão de ex-empregados com base na Lei Estadual nº 4.819/58.

Como parte do processo de desestatização, em 12 de setembro de 2006, a Companhia adquiriu mais 10.021.687 ações ordinárias da CTEEP, representativas de 0,016% das ações dessa espécie, pelo preço de R\$ 229 mil. Essas ações foram adquiridas em razão das sobras da oferta de ações ordinárias da CTEEP promovida pelo Governo do Estado de São Paulo aos empregados da CTEEP, nos termos do Edital de Desestatização da CTEEP nº SF/001/2006.

Em 09 de janeiro de 2007, por força do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações e, ainda, conforme determinava referido Edital e o Contrato de Compra e Venda das Ações da CTEEP, a ISA Capital realizou, na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, Leilão de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") de emissão da CTEEP, ainda em circulação no mercado, por valor correspondente a 80% do valor pago pelas ações do bloco de controle da CTEEP. Esse Leilão resultou na aquisição pela Companhia de 24.572.554.070 ações ordinárias de emissão da CTEEP, representativas de 39,28% do total dessa espécie de ações, ao preço de R\$ 30,74 por lote de mil ações, perfazendo o valor total de R\$ 755,4 milhões.

Em decorrência dessa aquisição, a ISA Capital passou a deter um total de 55.924.465.821 ações ordinárias de emissão da CTEEP, representativas de 89,40% do capital votante e de 37,46% do capital total da CTEEP. Após o grupamento de ações realizado pela CTEEP em agosto de 2007 essa quantidade de ações ordinárias de propriedade da Companhia passou a ser de 55.924.465.

Posteriormente, em 24 de agosto de 2009, com o aumento de capital promovido pela CTEEP, a Companhia integralizou a importância de R\$ 26.429, mediante a capitalização do benefício fiscal auferido pela CTEEP com a amortização parcial da reserva especial de ágio no exercício social de 2008, equivalente a 574.927 ações ordinárias. Atualmente, a Companhia possui 56.499.392 ações ordinárias, que equivale a 37,50% do capital total e 89,40% do capital votante da CTEEP.

Em assembléia geral extraordinária realizada em 09 de março de 2010, nos termos da Proposta do Conselho de Administração datada de 08 de março de 2010, foi aprovado: (i) o aumento do capital social da ISA Capital de R\$840.000.017,43 (oitocentos e quarenta milhões e dezessete reais e quarenta e três centavos), dos quais R\$420.000,01 (quatrocentos e vinte mil reais e um centavo) foram destinados ao capital social e R\$839.580.017,42 (oitocentos e trinta e nove milhões, quinhentos e oitenta mil e dezessete reais e quarenta e dois centavos) foram destinados à conta de reserva de capital da ISA Capital, mediante a criação e emissão de 415.691.162 (quatrocentos e quinze milhões, seiscentas e noventa e uma mil, cento e sessenta e duas) ações preferenciais resgatáveis, com direito a dividendos fixos cumulativos, as quais foram subscritas e integralizadas na mesma data, passando o capital social da ISA Capital de R\$839.778.000,00 (oitocentos e trinta e nove milhões, setecentos e setenta e oito mil reais) para R\$840.198.000,01 (oitocentos e quarenta milhões, cento e noventa e oito mil reais e um centavo), dividido em 1.256.316.162 (um bilhão, duzentas e cinquenta e seis milhões, trezentas e dezesseis mil, cento e sessenta e duas) ações; (ii) a redução do dividendo obrigatório; e (iii) a alteração do Estatuto Social da Companhia para contemplar as alterações acima, incluindo as hipóteses de resgate das ações preferenciais resgatáveis, dentre outras.

Em reunião do conselho de administração realizada em 19 de março de 2010, foi aprovado um novo aumento de capital da ISA Capital, dentro do limite do seu capital autorizado, com a emissão de 178.153.342 (cento e setenta e oito milhões, cento e cinquenta e três mil, trezentas e quarenta e duas) ações preferenciais resgatáveis, no valor total de R\$359.999.980,97 (trezentos e cinquenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta reais e noventa e sete centavos), o qual foi subscrito e integralizado na mesma data, e dos quais R\$179.999,99 (cento e setenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) foram destinados ao capital social e R\$359.819.980,98 (trezentos e cinquenta e nove milhões, oitocentos e dezenove mil, novecentos e oitenta reais e noventa e oito centavos) foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia.

Dessa forma, as tabelas abaixo apresentam nossa estrutura de capital após tais aumentos de capital:

Acionista	Qde. Ações Ordinárias	Qde. Ações Preferenciais	Qde. Total	% Total
ISA Colômbia	840.624.995	-	840.624.995	59%
Conselho de Administração	5	-	5	0%
HSBC	-	593.844.504	593.844.504	41%
Total	840.625.000	593.844.504	1.434.469.504	100%

	Em 31/12/2009 Antes das Emissões de Ações em R\$	Em 19/3/2010 Após as Emissões de Ações em R\$
Capital Social subscrito e Integralizado	839.778.000,00	840.378.000,00
Reserva de Capital	-	1.199.399.998,40
Outras Reservas	117.624.000,00	117.624.000,00
Total PL	957.402.000,00	2.157.401.998,40

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável à Companhia.

10.4. Os diretores devem comentar

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão foram apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, modificada pelas Leis nº 9.457/97, nº 10.303/01, nº 11.638/07 e 11.941/09); as normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); e as normas de legislação específicas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

A promulgação das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 (conversão, em lei, da Medida Provisória nº 449/08) modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essas Leis tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas Normas Internacionais de Contabilidade, que são emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

Ao longo de 2008, o CPC emitiu e a CVM aprovou diversos pronunciamentos contábeis com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2008, integralmente adotados pela Companhia que, em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC nº 13, estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 31 de dezembro de 2007.

Em continuidade a esse processo, ao longo de 2009, novos pronunciamentos contábeis foram emitidos e aprovados, dentre eles os que poderão causar maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são:

CPC	Título
17	Contratos de Construção
20	Custos dos Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
22	Informação por Segmento
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a empregados
36	Demonstrações Contábeis Consolidadas
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40
ICP 01	Contratos de Concessão
ICP 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
ICP 10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade de Investimento

A interpretação técnica ICPC nº 01, que estabelece os princípios sobre o reconhecimento e mensuração das obrigações e os respectivos direitos dos contratos de concessão, poderá alterar substancialmente as futuras demonstrações financeiras da Companhia.

Considerando a extensão e complexidade das alterações introduzidas, a Companhia está avaliando os reflexos nas suas demonstrações financeiras, ao tempo que acompanha as discussões e os debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre aspectos para aplicação dessas normas. Nesse momento, até que haja um maior esclarecimento sobre a aplicação prática desses pronunciamentos, a Companhia entende que não é possível avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras.

Assim, conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009, a Companhia optou por não adotar antecipadamente, nas demonstrações financeiras de 2009, os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados pela CVM, com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve efeitos significativos.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Parecer dos Auditores Independentes não contém ressalvas. Existe um parágrafo de ênfase que faz referência à nota explicativa nº 37 das demonstrações financeiras.

10.6. Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é plenamente satisfatório. Atualmente nossa principal ferramenta de gestão é o sistema SAP. Trata-se de sistema integrado cujas maiores características são a integração de todas as operações realizadas pela Companhia com segurança e confiabilidade. A Companhia está atenta às novas tecnologias com o objetivo de aprimorar cada vez mais os controles internos. Adicionalmente, além das análises dos controles internos realizada pelo auditores independentes, com base no escopo de trabalho de auditoria, a Companhia é permanentemente auditada pela Auditoria Corporativa que tem como premissa assegurar que as operações da Companhia são realizadas com o maior grau de segurança possível.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Ponto Identificado	Recomendação:
Não Aplicável	Não Aplicável

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (inclusive arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, contratos de construção não terminada e contratos de recebimentos futuros de financiamentos)

A Companhia não tem qualquer operação não registrada em suas demonstrações financeiras. Não possui qualquer controlada que não esteja incluída em suas demonstrações financeiras consolidadas, nem possui quaisquer coligadas ou participações em, ou relacionamentos com, quaisquer SPEs que não estejam refletidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável à Companhia.



10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável à Companhia.

b) natureza e propósito da operação

Não aplicável à Companhia

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável à Companhia

10.10. Principais elementos do plano de negócios da Companhia

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

O único investimento que a Companhia possui são as 56.499.392 ações ordinárias de emissão da CTEEP, que equivalem a 37,50% do capital total e 89,40% do capital votante da CTEEP. Esse investimento em 31 de dezembro de 2009 está reconhecido no Balanço Patrimonial da Companhia pelo valor de R\$ 2.041.164 mil.

A Companhia não tem atualmente intenções de realizar novos investimentos, porém sempre estuda e avalia alternativas existentes no mercado.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável à Companhia.

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não aplicável à Companhia.

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Entendemos não haver qualquer outro fator que pudesse ter interferido de forma relevante no desempenho operacional da Companhia.

* * * *



DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

A ISA Capital do Brasil S.A., empresa classificada na categoria B, nos termos da Instrução CVM 480/09, em atendimento ao artigo 9º, § 1º, II, e Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09, apresenta abaixo a proposta de Destinação do Lucro Líquido.

1. Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$ 70.702 mil.

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados

A Companhia não declarou quaisquer dividendos ou juros sobre o capital próprio de forma antecipada no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, face às restrições existentes inicialmente nos contratos da dívida em moeda estrangeira – Bônus e, posteriormente, em decorrência do Acordo de Acionistas assinado em 09/03/2010. Sendo assim, nenhum provento será destinado aos acionistas referente ao lucro líquido apurado no exercício de 2009.

3. Percentual do lucro líquido distribuído

A Companhia não distribuiu ou distribuirá quaisquer dividendos e/ou juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido apurado no encerrado em 31 de dezembro de 2009.

4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A Companhia não distribuiu quaisquer dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados

a) valor bruto de dividendos e juros sobre o capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

A Companhia não declarou quaisquer dividendos e/ou juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido apurado no encerrado em 31 de dezembro de 2009.

b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio

A Companhia não declarou quaisquer dividendos e/ou juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido apurado no encerrado em 31 de dezembro de 2009.

c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio

A Companhia não declarou quaisquer dividendos e/ou juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido apurado no encerrado em 31 de dezembro de 2009.

d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A Companhia não declarou quaisquer dividendos e/ou juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido apurado no encerrado em 31 de dezembro de 2009.

6. Declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio já declarados

A Companhia não declarou quaisquer dividendos e/ou juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

b) data dos respectivos pagamentos

A Companhia não declarou quaisquer dividendos e/ou juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe

a) lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores; e b) dividendos e juros sobre o capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

	R\$ mil		
	2007	2008	2009
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	(42.138)	56.227	70.702
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	0,00	0,00	0,00

8. Destinação de lucros à reserva legal

a) montante destinado à reserva legal: R\$ 3.535 mil

b) cálculo da reserva legal: Conforme previsto no artigo 35º, item a, do Estatuto Social, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

A Companhia possui ações preferenciais resgatáveis com direito a dividendo fixo cumulativo. O artigo 6º do Estatuto Social estabelece a forma e cálculo, conforme segue:

“Artigo 6º. As Ações Preferenciais Resgatáveis, independentemente da classe, terão os seguintes direitos e vantagens adicionais:

(a) farão jus, cada uma, a dividendos fixos cumulativos (os "Dividendos Fixos Cumulativos") a serem pagos trimestralmente, nas seguintes datas: 3 de janeiro, 4 de abril, 5 de julho e 6 de outubro de 2011; 7 de janeiro, 8 de abril, 9 de julho e 10 de outubro de 2012; 11 de janeiro, 12 de abril, 13 de julho e 14 de outubro de 2013; 15 de janeiro, 16 de abril, 17 de julho e 18 de outubro de 2014; 19 de janeiro, 20 de abril, 6 de julho e 7 de outubro de 2015; e 8 de janeiro e 9 de abril de 2016 (cada data, uma "Data de Pagamento de Dividendo Fixo").

(b) observadas as demais disposições do Estatuto Social da Companhia, o Dividendo Fixo Cumulativo, a ser pago em cada Data de Pagamento de Dividendo Fixo, será o valor em reais equivalente ao resultado de: (i) 100% (cem por cento) da Variação do CDI + 1% (um por cento) ao ano, multiplicado por (ii) R\$2,020731 (dois reais vírgula zero dois zero sete três um centavos).

(b.1) para fins do disposto no item (b) acima, a "Variação do CDI" significa o fator cumulativo resultante das taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros ("CDI Extra Grupo"), apuradas e divulgadas pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressas na forma percentual ao ano, desde a respectiva data de emissão ou desde a Data de Pagamento de Dividendo Fixo imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a Data de Pagamento de Dividendo Fixo em questão, exclusive;

(b.2) caso em qualquer Data de Pagamento de Dividendo Fixo, não haja divulgação do CDI Extra Grupo em tempo hábil, será aplicada a Taxa SELIC, apurada e divulgada pelo Banco Central do Brasil, pro rata temporis, não sendo devida qualquer compensação financeira entre a Companhia e os titulares de Ações Preferenciais Resgatáveis em questão quando da divulgação posterior do CDI Extra Grupo que seria aplicável. Caso o CDI Extra Grupo deixe de ser divulgado por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto no item (b.3) abaixo;

(b.3) no caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do CDI Extra Grupo ao valor do Dividendo Fixo Cumulativo, os titulares de Ações Preferenciais Resgatáveis e a Companhia decidirão, de comum acordo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, os novos parâmetros aplicáveis, sendo que, caso não haja acordo, prevalecerá o índice legal que substituir o CDI Extra Grupo, ou, na falta deste, a Taxa SELIC.”

b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

As ações preferenciais resgatáveis foram emitidas pela Companhia em 09 e 19 de março de 2010. Essas ações, conforme previsto no Estatuto Social, terão direito a receber dividendos fixos somente a partir de janeiro de 2011 (artigo 6º do Estatuto Social).

c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Qualquer parcela de dividendo fixo que não for paga será cumulativa a partir da data em que as ações preferenciais resgatáveis fizerem jus ao recebimento de dividendos.

d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

O cálculo dos dividendos Fixos a serem pagos às ações preferenciais resgatáveis a partir de janeiro de 2011 está previsto no artigo 6º do Estatuto Social, conforme informado no item 9 (a) acima.

e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

O cálculo dos dividendos Fixos a serem pagos às ações preferenciais resgatáveis a partir de janeiro de 2011 está previsto no artigo 6º do Estatuto Social, conforme informado no item 9 a acima.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) forma de cálculo prevista no estatuto

O artigo 35, item b, do Estatuto Social estabelece o cálculo e pagamento do dividendo obrigatório, como segue:

“(b) parcela destinada ao pagamento de dividendos obrigatórios, em cada exercício, equivalente a 1% (um por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações, que será destinado na seguinte ordem:

a. parcela correspondente aos Dividendos Fixos Cumulativos devidos às Ações Preferenciais Resgatáveis, bem como ao saldo de Dividendos Fixos Cumulativos programados que não tiverem sido pagos às Ações Preferenciais Resgatáveis; e

b. parcela remanescente será destinada aos titulares de ações ordinárias e demais ações preferenciais de emissão da Companhia”

- b) **informar se está sendo pago integralmente**

O dividendo obrigatório será pago integralmente somente a partir de janeiro de 2011.

- c) **informar o montante eventualmente retido**

O valor do dividendo obrigatório calculado com base no Lucro Líquido do exercício de 2009 é de R\$ 672 mil. Esse valor será retido para posterior pagamento às ações preferenciais resgatáveis, conforme previsto no acordo de acionistas.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

- a) **informar o montante de retenção**

Não aplicável à Companhia.

- b) **descrever pormenorizadamente a situação financeira da Companhia, abordando inclusive aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não aplicável à Companhia.

- c) **justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável à Companhia.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a) **identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável à Companhia.

- b) **identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável à Companhia.

- c) **explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável à Companhia.

- d) **justificar a constituição da reserva**

Não aplicável à Companhia.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a) **informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável à Companhia.

- b) **informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável à Companhia.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a) **descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Não aplicável à Companhia.

- b) **identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável à Companhia.

- c) **descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável à Companhia.

15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a) **montante retenção:** Não aplicável à Companhia.

- b) **orçamento de capital e capital de giro:** Não aplicável à Companhia.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a) **informar o montante destinado à reserva**

Não aplicável à Companhia.

- b) **explicar a natureza da destinação**

Não aplicável à Companhia.

* * * * *



ELEIÇÃO DOS ADMINISTRADORES
(Itens 12.6 e 12.10 – IN 480/09)

12.6 Administradores indicados pelo acionista controlador

a) Nome	b) Idade	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador
Luis Fernando Alacón Mantilla	58	Engenheiro civil	Passaporte colombiano nº CC 19.144.982	Conselheiro de Administração	30/04/2009	18/05/2009	01 ano	Presidente da Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.	sim
Guido Alberto Nule Amin	66	Economista	Passaporte colombiano nº CC 7.417.654	Conselheiro de Administração	30/04/2009	18/05/2009	01 ano	Presidente da Transelca S.A.E.S.P.	sim
Ana Mercedes Villegas Mejía	47	Engenheira eletricista	Passaporte colombiano nº CC 43.034.387	Conselheiro de Administração	30/04/2009	18/05/2009	01 ano	Diretora da Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.	sim
Alfonso Camilo Barco Muñoz	43	Advogado	Passaporte colombiano nº CC 80.411.348	Conselheiro de Administração	30/04/2009	18/05/2009	01 ano	Diretor da Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.	sim
Fernando Augusto Rojas Pinto	55	Engenheiro eletricista	CPF 232.512.958-61	Conselheiro de Administração	30/04/2009	18/05/2009	01 ano	Presidente da ISA Capital do Brasil	Sim
Fernando Augusto Rojas Pinto	55	Engenheiro	CPF 232.512.958-61	Diretor Presidente	05/12/2008	05/12/2008	02 anos	-	sim
Cristian Restrepo Hernandez	37	Especialista em finanças	CPF 232.774.638-85	Diretor Financeiro e de Relações Investidores	05/12/2008	05/12/2008	02 anos	-	Sim

CONSELHO FISCAL NÃO INSTALADO

12.7 – Não aplicável

CURRÍCULO DOS ADMINISTRADORES

12.8 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ FERNANDO ALARCÓN MANTILLA, Colombiano, nascido em 1º de agosto de 1951, Engenheiro Civil pela Universidade de Los Andes, com Pós-Graduação em Economia pela mesma Instituição. *Master of Science* em Engenharia Civil (Sistemas de Recursos Hidráulicos) pelo *Massachusetts Institute of Technology – M.I.T.* Em 1995 participou do Programa Avançado de Gerência pela Universidade de Oxford. Foi Ministro da Fazenda, representou a Colômbia como Diretor Executivo no Banco Interamericano de Desenvolvimento, foi Presidente da Frota Mercante Grancolombiana e Presidente da Asociación de Administradoras de Fondos de Pensiones y Cesantía – ASOFONDOS DE COLOMBIA. Atualmente é membro do Conselho de Administração do Banco de Bogotá, da Bolsa de Valores da Colômbia, Petrocolombiana S.A., ISA e INTERNEXA, bem como exerce o cargo de Presidente da Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. – ISA. Na companhia, ocupa o cargo de Presidente do conselho de administração. O Sr. Luiz Fernando não possui qualquer condenação criminal, em processos administrativos da CVM e/ou quaisquer outras autarquias nacionais ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

FERNANDO AUGUSTO ROJAS PINTO, Colombiano, nascido em 13 de fevereiro de 1955, Engenheiro Eletricista graduado pela Universidade Nacional de Colômbia em 1978, com mestrado em Engenharia de Sistemas Elétricos de Potência pela Universidade de Manchester em 1982, e especialização em finanças pela Universidade EAFIT (Medellin) em 1995. Possui especialização em Gerenciamento de Empresas de Energia Elétrica na SWEDPOWER, Suécia, em 1998 e especialização em *Financial Economics* na Fundação Getúlio Vargas- FGV de São Paulo, em 2007 e 2008. Admitido em 1979 na Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. – ISA como Engenheiro, também atuou como Gerente de Conexão, Gerente de Serviço de Transporte de Energia e Gerente da Região Sul-americana. Desde 2006 é vice-presidente do Conselho de Administração da CTEEP – Cia. de Transmissão de Energia Elétrica Paulista. Na companhia, ocupa o cargo de vice-presidente do conselho de administração, bem como exerce o cargo de Diretor Presidente desde janeiro de 2007. O Sr. Fernando Augusto não possui qualquer condenação criminal, em processos administrativos da CVM e/ou quaisquer outras autarquias nacionais ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

GUIDO ALBERTO NULE AMIN, Colombiano, nascido em 5 de maio de 1943, Economista formado pela Universidade Del Atlântico, diplomado em Banco de Desenvolvimento pela *American University (USA)*. Foi Gerente Geral da Promigas (COL) de 1983 a 1992, Ministro de Comunicações da Colômbia em 1992 e Ministro de Minas, de 1992 a 1994. Consultor e Assessor de empresas de 1994 a 1998, e desde setembro de 1998 exerce o cargo de Presidente da TRANSELCA, Transmissora de Energia na Colômbia. Na companhia, ocupa o cargo de membro do conselho de administração. O Sr. Guido Alberto não possui qualquer condenação criminal, em processos administrativos da CVM e/ou quaisquer outras autarquias nacionais ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

ALFONSO CAMILO BARCO MUÑOZ, Colombiano, nascido em 25 de dezembro de 1966, Advogado formado pela Facultad de Jurisprudência, Colégio Mayor Del Rosário, Bogotá em 1989, Especialista em direito financeiro pela Universidade de Los Andes, Bogotá em 1993. Pós-graduado, em 1997, em Comércio Internacional e Finanças pela *London School of Economics* em Londres. Possui habilidades na geração e execução de projetos complexos em ambos os setores Público e Privado. Executivo na área Financeira, com ênfase em finanças corporativas, avaliação, estruturação e gestão de projetos (*Project Finance*). Vasta experiência como gerente de consultoria financeira e de investimento bancário. Atuou em diversos segmentos, dentre os quais Assessor de Projetos Especiais no Ministério da Fazenda e Crédito Público da Colômbia, Gerente de Consultoria Financeira na Deloitte Consulting, CFO do Grupo COREMAR. Desde setembro de 2008 atua como Diretor Financeiro da Interconexión Eléctrica S.A.E.S.P. – ISA. Na companhia, ocupa o cargo de membro do conselho de administração. O Sr. Alfonso Camilo não possui qualquer condenação criminal, em processos administrativos da CVM e/ou quaisquer outras autarquias nacionais ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

ANA MERCEDES VILLEGAS MEJÍA, Colombiana, nascida em 27 de junho de 1962, graduada em Engenharia Elétrica pela Universidade Pontificia Bolivariana (Medellin) em 1984 com mestrado em Aproveitamento de Recursos Hídricos pela Universidad Nacional (Medellin) em 1991. Admitida em 1985 na Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. – ISA como engenheira, foi Diretora de Gestão de Manutenção, Diretora de Desenvolvimento do Serviço de Transporte de Energia, Gerente Encarregada da Produção. De 2006 a 2007 integrou o Conselho de Administração da CTEEP – Cia. de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e de 2007 a 2008 exerceu o cargo de Diretora de Gestão Organizacional da CTEEP. Atualmente é Diretora de Estratégia Corporativa da ISA. Na companhia, ocupa o cargo de membro do conselho de administração. A Sra. Ana Mercedes não possui qualquer condenação criminal, em processos administrativos da CVM e/ou quaisquer outras autarquias nacionais ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

DIRETORIA

PRESIDENTE

FERNANDO AUGUSTO ROJAS PINTO, ver informações acima.

DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CRISTIAN RESTREPO HERNANDEZ, Colombiano, nascido em 21 de abril de 1972, Especialista em Finanças e Relações Internacionais pela Universidad Externado de Colômbia em 1997, com Pós-Graduação em Finanças Cooperativas pela Universidade CESA – Colégio de Estudios Superiores de Administración em 2004 e em Engenharia Financeira pela Universidad Nacional de Colômbia em 2006. Atuou na área Financeira em empresas como a Financeira Mazdacredito, AFP Colfondos, Canal y Médico Productora de Consumo Ltda. e Banco de Bogotá, na Colômbia. Em abril de 2004 ingressou na Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. – ISA, em Medellín – Colômbia, atuando na área Financeira como Especialista em Financiamentos, tendo sido indicado para o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia em abril de 2007, cargo que ocupa até a presente data. O Sr. Cristian não possui qualquer condenação criminal, em processos administrativos da CVM e/ou quaisquer outras autarquias nacionais ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

CONSELHO FISCAL NÃO INSTALADO

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
(Item 13 – IN 480/09)

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

2007 – valores em R\$ mil

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal⁽¹⁾	Total
Número de Membros	04	02	Não se aplica	06
Remuneração Fixa Anual	Não houve remuneração	819	Não se aplica	819
Salário / Pró-labore	Não houve remuneração	402	Não se aplica	402
Benefícios diretos e indiretos	Não se aplica	417	Não se aplica	417
Participação em Comitês	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Outros	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Remuneração Variável	Não se aplica	55	Não se aplica	55
Bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação nos resultados	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação em Reuniões	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Comissões	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Outros	Não se aplica	55	Não se aplica	55
Benefícios pós-emprego	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Remuneração baseada em ações	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Total da remuneração	Não houve remuneração	874	Não se aplica	874

(¹) Conselho Fiscal não instalado

2008 – valores em R\$ mil

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal (1)	Total
Número de Membros	05	02	Não se aplica	07
Remuneração Fixa Anual	Não houve remuneração	998	Não se aplica	998
Salário / Pró-labore	Não houve remuneração	589	Não se aplica	589
Benefícios diretos e indiretos	Não se aplica	409	Não se aplica	409
Participação em Comitês	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Outros	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Remuneração Variável	Não se aplica	135	Não se aplica	135
Bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação nos resultados	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação em Reuniões	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Comissões	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Outros	Não se aplica	135	Não se aplica	135
Benefícios pós-emprego	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Remuneração baseada em ações	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Total da remuneração	Não houve remuneração	1.133	Não se aplica	1.133

(1) Conselho Fiscal não instalado

2009 – valores em R\$ mil

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal ⁽¹⁾	Total
Número de Membros	05	02	Não se aplica	07
Remuneração Fixa Anual	51	1.078	Não se aplica	1.129
Salário / Pró-labore	51	628	Não se aplica	679
Benefícios diretos e indiretos	Não se aplica	450	Não se aplica	450
Participação em Comitês	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Outros	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Remuneração Variável	Não se aplica	194	Não se aplica	194
Bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação nos resultados	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação em Reuniões	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Comissões	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Outros	Não se aplica	194	Não se aplica	194
Benefícios pós-emprego	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Remuneração baseada em ações	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Total da remuneração	51	1.272	Não se aplica	1.323

(¹) Conselho Fiscal não instalado

Proposta para 2010 – valores em R\$ mil

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal (¹)	Total
Número de Membros	05	02	Não se aplica	07
Remuneração Fixa Anual	78	1.174	Não se aplica	1.252
Salário / Pró-labore	78	654	Não se aplica	732
Benefícios diretos e indiretos	Não se aplica	520	Não se aplica	520
Participação em Comitês	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Outros	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Remuneração Variável	Não se aplica	298	Não se aplica	298
Bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação nos resultados	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação em Reuniões	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Comissões	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Outros	Não se aplica	298	Não se aplica	298
Benefícios pós-emprego	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Remuneração baseada em ações	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Total da remuneração	78	1.472	Não se aplica	1.550

(¹) Conselho Fiscal não instalado

- 13.13** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

ORGÃO	2007	2008	2009
Diretoria Estatutária	100%	100%	100%
Conselho de Administração	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica